

**POR UMA GLOBALIZAÇÃO JUSTA:
CRIAR OPORTUNIDADES PARA TODOS**

**POR UMA GLOBALIZAÇÃO JUSTA:
CRIAR OPORTUNIDADES PARA TODOS**

**COMISSÃO MUNDIAL SOBRE A
DIMENSÃO SOCIAL DA GLOBALIZAÇÃO**

Introdução

Nossa incumbência, a dimensão social da globalização, é um assunto complexo e de grande abrangência. Em nossa Comissão, estavam representados, em termos gerais, os diferentes atores e interesses opostos no mundo real. Co-presidida por dois Chefes de Estado em exercício, um homem e uma mulher, sendo ela do Norte e ele do Sul. Integraram a Comissão membros oriundos de países de diferentes partes do mundo em diversos níveis de desenvolvimento e pertencentes a âmbitos bem diversos: governos, classe política, parlamentos, empresas e companhias multinacionais, organizações de trabalhadores, círculos universitários e sociedade civil.

Mesmo assim, graças ao nosso propósito comum, chegamos a acordos compartilhados constantes no presente Relatório. Como documento coletivo, o mesmo difere bastante daquele que cada um de nós havia escrito a título individual, mas a experiência nos tem demonstrado a utilidade e o poder do diálogo como instrumento de mudança. Ouvindo paciente e respeitosamente as diferentes opiniões e interesses, pudemos encontrar um terreno de entendimento.

Estimulou-nos o fato de saber que era urgente serem adotadas medidas para criar um processo de globalização justo e integrador. A única forma de consegui-lo era mediante acordos entre uma grande diversidade de atores em relação à linha de ação. Estamos convencidos de que nossa experiência pode e deve ser reproduzida numa escala maior, para dar mais espaço ao diálogo que procura chegar a um consenso para atuar.

Uma Visão da Mudança

O debate público sobre a globalização encontra-se num ponto morto. As opiniões se reduzem às certezas ideológicas de posições conhecidas e se fragmentam em diferentes interesses específicos. A vontade de chegar a um consenso não é firme. Estancaram-se as negociações internacionais mais importantes e é freqüente não serem respeitados os compromissos internacionais em matéria de desenvolvimento.

O Relatório não oferece soluções miraculosas nem simples, porque não existem. Mas, com ele tenta-se contribuir para acabar com a atual situação de paralisia, concentrando-se nas preocupações e aspirações das pessoas e nas diferentes maneiras de se aproveitarem melhor as possibilidades que oferece a própria globalização.

Nossa mensagem, ao mesmo tempo crítica e positiva, aspira a mudar o curso atual da globalização. Consideramos que os benefícios da globalização podem chegar a mais pessoas e ser mais bem distribuídos entre os países e dentro deles, permitindo que muito mais pessoas possam influir em seu percurso. Os recursos e os meios necessários existem. Nossas propostas são ambiciosas, mas viáveis. Estamos certos de que é possível ter um mundo melhor.

Queremos um processo de globalização de forte dimensão social, baseada em valores universais compartilhados e no respeito aos direitos humanos e à dignidade da pessoa; uma globalização justa, integradora, dirigida democraticamente e que ofereça oportunidades e benefícios tangíveis a todos os países e a todas as pessoas.

Para isso, solicitamos o seguinte:

- *Enfoque Centralizado nas Pessoas* – A pedra angular de uma globalização mais justa é a satisfação das demandas de todas as pessoas no que se refere ao respeito de seus direitos; a sua identidade cultural e autonomia; ao trabalho decente; e à plena implicação das comunidades locais em que vivem. A igualdade de gênero é indispensável.

- *Estado Democrático e Eficaz* – O Estado deve ser capaz de administrar sua integração na economia global, bem como proporcionar oportunidades sociais e econômicas e segurança.
- *Desenvolvimento Sustentável* – A busca de uma globalização justa deve sustentar-se nos pilares, interdependentes e que se reforcem mutuamente, do desenvolvimento econômico e social e da proteção do meio ambiente em escala local, nacional, regional e mundial.
- *Mercados Produtivos e Equitativos* – Para isso é necessário dispor de instituições coerentes que promovam oportunidades e impulsionem empresas numa economia de mercado que funcione adequadamente.
- *Regras Justas* – As regras da economia global devem oferecer a todos os países igualdade de oportunidades e de acesso, bem como reconhecer as diferenças em relação às capacidades e necessidades de desenvolvimento de cada país.
- *Globalização Solidária* – Há uma responsabilidade compartilhada quanto à prestação de assistência aos países e indivíduos excluídos ou desfavorecidos pela globalização. Essa última deve contribuir para remediar as desigualdades que existem entre os países e dentro deles e erradicar a pobreza.
- *Maior Responsabilidade Perante as Pessoas* – Os atores públicos e privados de todas as categorias que dispõem de capacidade para influir sobre os resultados da globalização devem ser democraticamente responsáveis pelas políticas que aplicam e as medidas que adotam. Além disso, têm de cumprir seus compromissos e utilizar seu poder respeitando os demais.
- *Associações mais Comprometidas* – São numerosos os atores que intervêm na realização dos objetivos sociais e econômicos globais, por exemplo, as organizações internacionais, os governos e os parlamentos, as empresas, os sindicatos, a sociedade civil, dentre outros. O diálogo e a associação entre eles representam um instrumento democrático fundamental para se criar um mundo melhor.
- *Nações Unidas Eficazes* – Um sistema multilateral mais sólido e eficaz é um instrumento indispensável para se estabelecer um marco democrático, legítimo e coerente para a globalização.

A Globalização e Seus Efeitos

A globalização pôs em andamento um processo de mudança de grande abrangência que afeta a todos. Novas tecnologias, baseadas em políticas de maior abertura, têm criado um mundo mais inter-relacionado do que nunca. Isso não só leva à maior interdependência nas relações econômicas – o comércio, o investimento, as finanças e a organização da produção em escala global – mas, também, a uma interação social e política entre organizações e pessoas do mundo todo.

Os benefícios que se podem obter são imensos. A crescente possibilidade de interconexão entre as pessoas do mundo todo está favorecendo a constatação de que todos pertencemos a uma mesma comunidade global. Esse nascente senso de interdependência, de compromisso com valores universais compartilhados e de solidariedade entre os habitantes de todo o planeta pode ser aproveitado para cimentar uma governança global aberta e democrática que beneficie a todos. A economia de mercado global deu a conhecer uma grande capacidade produtiva. Gerida com acerto, pode dar lugar a progressos substanciais e sem precedentes, criar postos de trabalho mais produtivos e melhores para todos e contribuir de forma importante na luta contra a pobreza no mundo.

No entanto, temos consciência do muito que nos resta fazer para que essa possibilidade se torne realidade. O atual processo de globalização está produzindo resultados desiguais entre os países e dentro deles. Está se criando riqueza, mas são muitos os países e as pessoas que não participam de seus benefícios e têm pouca participação na formulação desse processo. Para a maioria de mulheres e de homens, a globalização não tem sido capaz de satisfazer as suas aspirações simples e legítimas de conseguir trabalho

decente e um futuro melhor para seus filhos. Muitos deles vivem no limbo da economia informal, sem direitos reconhecidos e em países pobres que subsistem de forma precária e à margem da economia global. Até mesmo em países com bons resultados econômicos, existem trabalhadores e comunidades que foram prejudicados pela globalização. Enquanto isso, a revolução das comunicações globais acentua a consciência de que essas disparidades existem.

Uma Estratégia para a Mudança

Essas desigualdades globais são inaceitáveis do ponto de vista moral e insustentáveis do ponto de vista político. O que é necessário para mudar essa situação não é tentar pôr em prática um plano utópico, mas realizar uma série de mudanças coordenadas de índole diversa, que vão desde a reforma de determinadas partes do sistema econômico global até o reforço da governança em escala local. Tudo isso deve e pode ser conseguido no contexto de economias e sociedades abertas. Embora os interesses difiram, acreditamos que há no mundo todo uma opinião que coincide cada vez mais em relação à necessidade de um processo de globalização que seja justo e integrador.

Para alcançá-lo, formulamos amplo conjunto de recomendações. Contando-se com a vontade política necessária, podem ser adotadas medidas imediatas em relação a algumas questões comerciais e financeiras que têm sido objeto de longas negociações multilaterais e de discussões nos círculos políticos. A linha de ação que se deve seguir em relação a essas questões está clara, mas alguns dos principais atores ainda não tomaram consciência da urgente necessidade da mudança. Nesse sentido, para poder levar adiante as propostas, são essenciais promoção contínua e uma opinião pública mais decidida. Também serão importantes as atividades de promoção certa a preparar o terreno para examinar novas questões. No que se refere, porém, a essas novas questões, como são o desenvolvimento de um marco multilateral para os movimentos transfronteiriços de pessoas ou a prestação de contas das organizações internacionais, o principal impulsor da decisão de atuar tem de ser um diálogo de ampla base entre atores estatais e não-estatais. Dessa forma, poder-se-á chegar a um consenso e a uma decisão sobre o que se deve fazer, como fazer e quem deverá fazê-lo.

A Governança da Globalização

Consideramos que os problemas que descrevemos não se devem à globalização em si, mas a deficiências em sua governança. Os mercados globais têm crescido rapidamente e sem desenvolvimento paralelo das instituições econômicas e sociais necessárias para que funcionem de forma fluída e equitativa. Ao mesmo tempo, causam preocupação a falta de equidade das regras globais-chave em matéria de comércio e finanças e suas repercussões desiguais para países ricos e os países pobres.

Outro motivo de inquietude é a incapacidade das políticas internacionais atuais em dar resposta aos desafios da globalização. As medidas de abertura dos mercados e as considerações financeiras e econômicas prevalecem sobre as considerações sociais. A Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) não atinge sequer a quantia mínima necessária para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio (ODM) e enfrentar os crescentes problemas globais. Também não resulta eficaz o sistema multilateral encarregado de conceber e aplicar políticas internacionais. Padece, no geral, de falta de coerência política e não é suficientemente democrático, transparente e responsável.

Essas regras e políticas são consequência de um sistema de governança global configurado em grande medida por países e atores poderosos. Há grave déficit democrático nos próprios fundamentos do sistema. A maior parte dos países em desenvolvimento continua tendo pouca influência nas negociações globais sobre as regras e na determinação das políticas das instituições financeiras e econômicas-chave. Da mesma forma, trabalhadores e pobres têm pouca ou nenhuma voz nesse processo de governança.

Começar pela Própria Casa

Há, pois, ampla gama de questões que devem ser abordadas no plano global, mas não bastará fazê-lo. A governança global não é uma esfera inatingível e abstrata. Trata-se simplesmente do ápice de uma rede de governança que vai ascendendo a partir do plano local. O comportamento dos Estados-nação como atores mundiais é o fator fundamental para determinar a qualidade da governança global. Seu nível de compromisso com o multilateralismo, os valores universais e os objetivos comuns, seu grau de sensibilidade em relação às repercussões transfronteiriças de suas políticas e a importância que conferem à solidariedade mundial são outros tantos fatores cruciais para determinar a qualidade da governança global. Ao mesmo tempo, sua maneira de gerir os assuntos internos influi à medida que as pessoas se beneficiarão da globalização e ficarão protegidas contra seus efeitos adversos. Nesse importante sentido, pode-se dizer que a resposta à globalização começa pela própria casa, o que indica o simples e, por sua vez, crucial fato de que, dentro de cada Nação, a vida das pessoas se desenvolve na esfera local.

Em conseqüência, nossa análise tem seu fundamento no plano nacional. Como é evidente, não pretendemos formular recomendações concretas para a enorme variedade de países que há no mundo, mas estabelecer objetivos e princípios gerais que sirvam como guia para que as políticas abordem de maneira mais eficaz a dimensão social da globalização, reconhecendo plenamente que sua aplicação deve responder às necessidades e à situação específica de cada país. Dessa perspectiva, é óbvio que a governança nacional deve ser melhorada em todos os países, em alguns de maneira mais radical do que em outros. Há amplo acordo internacional quanto aos elementos fundamentais pelos quais todos devemos lutar com urgência, a saber:

- boa governança política, baseada em um sistema político democrático, respeito aos direitos humanos, império da lei e da justiça social;
- Estado eficaz, que garanta um crescimento econômico alto e estável, proporcione bens públicos e proteção social, potencialize as capacidades das pessoas por meio do acesso universal à educação e a outros serviços sociais e promova a igualdade de gênero;
- uma sociedade civil dinâmica, que disponha de liberdade de associação e de expressão e que espelhe e expresse toda a diversidade de opiniões e interesses. É também fundamental a existência de organizações que representem os interesses públicos, os pobres e outros grupos desfavorecidos, para garantir, dessa forma, uma governança participativa e socialmente justa;
- a existência de sólidas organizações representativas de trabalhadores e de empregadores é essencial para que se estabeleça um frutífero diálogo social.

Deve-se dar a máxima prioridade às políticas destinadas a responder à aspiração fundamental de mulheres e homens a trabalho decente, aumentar a produtividade da economia informal e integrá-la na corrente econômica principal e melhorar a competitividade de empresas e economias.

As políticas devem dedicar-se diretamente a satisfazer às necessidades das pessoas nos lugares em que elas vivem e trabalham. É, portanto, indispensável reforçar as comunidades locais delegando-lhes poder e recursos, fortalecendo as capacidades econômicas locais e a identidade cultural e respeitando os direitos dos povos indígenas e tribais.

Os Estados-nação deveriam, ainda, fortalecer a cooperação regional e sub-regional como instrumento fundamental para o desenvolvimento e para alcançar maior participação na governança da globalização. Além disso, deveriam potencializar a dimensão social da integração regional.

Reforma no Âmbito Global

Em escala global, nossas recomendações são mais específicas. Destacam-se, a seguir, algumas das mais importantes.

Normas e políticas globais em matéria de comércio e finanças devem dar margem maior de autonomia aos países em desenvolvimento para que elaborem suas políticas. Isso é fundamental para que as políticas e os acordos institucionais se adaptem o máximo possível ao nível de desenvolvimento e às circunstâncias específicas dos citados países. Devem ser revisadas as regras em vigor que restringem desnecessariamente suas opções de política para acelerar o crescimento agrícola e a industrialização e preservar a estabilidade financeira e econômica. As novas regras também têm de preencher esse requisito. As políticas das organizações internacionais e dos países doadores devem, ainda, evitar, de maneira mais decidida, as condicionantes externas e propiciar o controle nacional das políticas. Devem ser reforçadas as disposições relativas à adoção de medidas positivas em favor dos países que não disponham das mesmas capacidades que aqueles que já se desenvolveram.

Normas eqüitativas que regulem os fluxos comerciais e de capital têm de se completar com normas eqüitativas para a circulação transfronteiriça das pessoas. As pressões da migração internacional aumentaram e problemas tais como o tráfico de pessoas e a exploração de trabalhadores migrantes agravaram-se. É necessário tomar medidas para configurar um marco multilateral que proporcione normas uniformes e transparentes para a circulação transfronteiriça de pessoas e que estabeleça equilíbrio entre os interesses dos próprios migrantes e os dos países de origem e de destino. Todos os países podem ser beneficiados por um processo de migração internacional ordenado e orientado, capaz de estimular a produtividade global e eliminar as práticas de exploração.

Ao proliferarem os sistemas de produção global, surgiu a necessidade de se dispor de novas normas em matéria de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e de competitividade. Um marco multilateral para os IED, que seja equilibrado, propicie o desenvolvimento e tenha sido negociado em um foro universalmente aceito beneficiará todos os países, já que favorecerá o aumento dos fluxos de investimento direto e limitará os problemas ligados à competitividade em matéria de incentivos, que reduz os benefícios derivados desses fluxos. Esse marco deveria conciliar os interesses do setor privado, do setor público e dos trabalhadores, bem como seus direitos e responsabilidades. A cooperação em matéria de política competitiva transfronteiriça dotará os mercados globais de maior transparência e competitividade.

As normas fundamentais do trabalho definidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) constituem um conjunto básico de medidas trabalhistas globais para a economia mundial, cujo respeito deveria ser fortalecido em todos os países. É necessário adotar medidas mais firmes para garantir o respeito às normas fundamentais do trabalho em zonas francas industriais e, de forma mais geral, nos sistemas de produção global. Todas as instituições internacionais competentes deveriam assumir a parte que lhes corresponde na promoção dessas normas e assegurar-se de que nenhum aspecto de suas políticas e programas se oponha à aplicação desses direitos.

O sistema de comércio multilateral deveria reduzir de forma substancial as barreiras injustas que impedem o acesso aos mercados de determinadas mercadorias que apresentam uma vantagem comparativa para os países em desenvolvimento e, mais concretamente, os artigos têxteis e de confecção e os produtos agrícolas. Ao fazê-lo, dever-se-ia estabelecer um tratamento especial e diferenciado para salvaguardar os interesses dos países menos desenvolvidos e propiciar suas possibilidades de exportar.

Deve ser aceito sem reservas um nível mínimo de proteção social para os indivíduos e as famílias como parte do fundamento socioeconômico da economia global, incluída a assistência aos trabalhadores deslocados por razões de reajuste. Doadores e instituições financeiras deveriam contribuir para o fortalecimento dos sistemas de proteção social nos países em desenvolvimento.

O aumento das possibilidades de acesso aos mercados não constitui uma panacéia. É fundamental elaborar uma estratégia mais equilibrada de crescimento global sustentável e de pleno emprego, na qual esteja prevista a partilha eqüitativa, entre os países, da responsabilidade da manutenção de altos níveis de demanda efetiva na economia global. Um requisito fundamental para isso é uma maior coordenação das políticas macroeconômicas dos diferentes países. Uma estratégia eficaz de crescimento global aliviará as

tensões econômicas existentes entre os diferentes países e facilitará o acesso dos em desenvolvimento aos mercados.

O trabalho decente para todos deveria transformar-se em um objetivo global, que deveria ser perseguido mediante políticas coerentes no âmbito do sistema multilateral. Isso responderia a uma importante exigência política em todos os países e demonstraria a capacidade do sistema multilateral em encontrar soluções criativas para esse problema crucial.

Dever-se-ia fazer com que o sistema financeiro internacional prestasse apoio mais decidido ao crescimento global sustentável. Os fluxos financeiros transfronteiriços multiplicaram-se de forma espetacular, mas o sistema é instável e propenso a crises e ignora, em grande medida, os países pobres e de escassos recursos. Não poderão ser colhidos todos os frutos do comércio e dos IED, se não for reformado o sistema financeiro internacional para lhe conferir maior estabilidade. Nesse contexto, dever-se-ia permitir aos países em desenvolvimento focalizar de maneira prudente e gradual a liberalização das contas de capital e, ao estabelecer a seqüência das medidas de ajuste em resposta às crises, prestar maior atenção aos aspectos sociais.

É necessário dobrar o esforço para mobilizar novos recursos internacionais com a finalidade de alcançar objetivos globais fundamentais e, concretamente, os Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio (ODM). Deve ser cumprido o objetivo de 0,7% para a AOD e deverão ser buscadas e exploradas ativamente novas fontes de financiamento para superar essa percentagem.

No que se refere à aplicação de reformas na política socioeconômica internacional, haver-se-á que contar com o apoio político de todos os países, o compromisso dos principais atores globais e a consolidação das instituições globais. O sistema multilateral das Nações Unidas constitui a base da governança global e está excepcionalmente dotado para encabeçar o processo de reforma. Para que se possam enfrentar os desafios atuais e emergentes da globalização, o citado sistema tem de ser mais eficaz e melhorar a qualidade de sua governança, especialmente no que se refere ao caráter democrático da representação e da adoção de decisões, à prestação de contas perante as pessoas e à coerência política.

Pedimos aos países desenvolvidos que reconsiderem sua decisão de não aumentar nominalmente suas contribuições destinadas ao sistema das Nações Unidas. É indispensável que a comunidade internacional concorde em elevar suas contribuições financeiras para o sistema multilateral e inverta a tendência de aumentar as contribuições voluntárias às custas das contribuições obrigatórias.

Os Chefes de Estado e de Governo devem assegurar-se de que as políticas defendidas por seus países nos foros internacionais sejam coerentes e se concentrem no bem-estar das pessoas.

Deveria ser ampliado progressivamente o controle parlamentar do sistema multilateral em escala global. Propomos a criação de um grupo parlamentar encarregado de zelar pela coerência e pela concordância das políticas econômicas, sociais e ambientais em nível mundial e que deveria criar um mecanismo integrado de supervisão das principais organizações internacionais.

Um requisito essencial para a melhoria da governança global é que todas as organizações, incluindo os organismos das Nações Unidas, assumam maior responsabilidade perante o público em geral quanto às políticas que aplicam. Os parlamentos nacionais deveriam contribuir para esse processo, examinando periodicamente as decisões adotadas pelos representantes de seus respectivos países junto às referidas organizações.

Os países em desenvolvimento deveriam contar com maior representatividade nos órgãos de tomada de decisão das instituições de Bretton Woods, enquanto a Organização Mundial do Comércio (OMC) deveria prever em seus métodos de trabalho disposições para a participação plena e efetiva desses países em suas negociações.

Deveria ser dado papel de protagonista a atores não-estatais, especialmente à organizações representativas de pobres.

Dever-se-ia fortalecer a contribuição à dimensão social da globalização que as empresas, os sindicatos e as organizações da sociedade civil e as redes de conhecimento e promoção fazem.

Os meios de comunicação responsáveis podem desempenhar papel fundamental na hora de facilitar o impulso rumo a uma globalização mais justa e integradora. Uma opinião pública bem-informada acerca das questões que se apresentam neste Relatório é essencial para respaldar a mudança. Dessa forma, então, as políticas deverão de destacar, no mundo todo, a importância da diversidade dos fluxos de informação e comunicação.

Mobilização Para a Mudança

Acreditamos que um diálogo de ampla base acerca de nossas recomendações – especialmente sobre questões que não estão sendo tratadas atualmente no programa global – é um passo fundamental rumo à mobilização para a mudança. É indispensável que esse diálogo comece no âmbito nacional, com a finalidade de assentar as bases para o consenso e a vontade política que são necessários.

Ao mesmo tempo, o sistema multilateral tem de desempenhar papel crucial na introdução de reformas em escala global. Propomos nova ferramenta prática para melhorar a qualidade da coordenação das políticas entre as organizações internacionais no que se refere às questões em que seus mandatos se cruzam e suas políticas interagem. As organizações internacionais competentes deveriam tomar iniciativas de coerência política, focalizando a elaboração de políticas mais equilibradas que permitam atingir uma globalização justa e integradora. O objetivo seria elaborar, de forma progressiva, propostas de política integradas que harmonizem, de forma adequada, as inquietudes de ordem econômica, social e ambiental que se apresentam em relação a questões específicas. A primeira dessas iniciativas deveria abordar a questão do crescimento global, o investimento e a criação de emprego e nela deveriam participar os organismos competentes das Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a OMC e a OIT. Outras esferas prioritárias para iniciativas similares seriam a igualdade de gênero e a emancipação da mulher, a educação, a saúde, a segurança alimentícia e os assentamentos humanos.

As organizações internacionais competentes deveriam organizar, por sua vez, uma série de diálogos sobre a formulação de políticas que impliquem múltiplos participantes, com a finalidade de continuar examinando e formulando propostas políticas fundamentais, como a criação de um marco multilateral para o deslocamento transfronteiriço de pessoas, a configuração de um marco de desenvolvimento para os IED, o fortalecimento da proteção social na economia global e o estabelecimento de novas modalidades de prestação de contas para as organizações internacionais.

As Nações Unidas e seus organismos especializados deveriam organizar foro sobre políticas de globalização, com o objetivo de examinar, de forma periódica e sistemática, as repercussões sociais da globalização. As organizações participantes poderiam publicar, de forma periódica, um “relatório sobre o estado da globalização”.

Em nossas propostas, insistimos em uma participação mais ampla e democrática das pessoas e dos países na elaboração das políticas que os afetam e exigimos também daqueles que têm capacidade e poder de decisão – governos, parlamentos, empresas, sindicatos, a sociedade civil e organizações internacionais – que assumam sua responsabilidade comum no que se refere à promoção de uma comunidade global livre, eqüitativa e produtiva.

